



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR-CHEFE
RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 348, CENTRO, BENTO GONÇALVES/RS

PARECER n. 00056/2020/PF/IFRS/PFIFRIO GRANDE DO SUL/PGF/AGU

NUP: 00833.000165/2020-31

INTERESSADOS: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

EMENTA: CONSELHO SUPERIOR. ESCOLHA DE REPRESENTANTES. CAMPUS PORTO ALEGRE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. PARTICIPAÇÃO DE MENORES. IMPOSSIBILIDADE. CRITÉRIOS DE DESEMPATE. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

I - RELATÓRIO

1. A Comissão Eleitoral para a escolha de representantes docente, técnico-administrativo e discente do Conselho Superior do IFRS (CONSUP) encaminhou a esta Procuradoria Federal o OFÍCIO Nº 02/2020/POA/IFRS, solicitando manifestação com relação a dois questionamentos:

1) Quanto aos critérios para a participação de representante discente no CONSUP: há alguma normativa que impeça que o representante discente seja menor de 18 anos? e

2) Quanto aos critérios para desempate na eleição para a escolha de representantes ao Consup: Neste caso, há algum ordenamento jurídico que tenhamos que seguir no estabelecimento de tais critérios de desempate?

2. Consta no referido Ofício que a Comissão está elaborando o edital de escolha dos representantes do Campus Porto Alegre ao CONSUP, mas que, em conversa com Conselheiros do Conselho de *Campus*, em reunião realizada no dia 29/05/2020, foram levantadas tais dúvidas.

3. Eis o sucinto relatório.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Da manifestação jurídica

4. Inicialmente, cabe destacar que este parecer toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Além disso, com base na Lei Complementar nº 73/93, compete a esta Procuradoria Federal manifestar-se quanto aos aspectos jurídicos da questão, excluindo-se a análise de mérito e as de característica eminentemente técnico-administrativa.

Da impossibilidade de participação de menores

5. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009, com relação ao Conselho Superior, assim prevê:

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3º **O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.**

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

6. Tendo em vista a delegação contida no § 4º, do art. 10, da Lei nº 11.892, de 2009, o Estatuto do IFRS, quanto ao seu CONSUP, assim dispõe:

Art. 8º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

I - O Reitor, como presidente;

II - 01 (um) representante dos servidores docentes por campus, eleitos por seus pares;

III - 01 (um) representante do corpo discente por campus, eleitos por seus pares;

IV - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos por campus, eleitos por seus pares;

V - 01 (um) representante dos egressos da instituição;

VI - 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) indicado por entidades patronais, 01 (um) indicados por entidades dos trabalhadores, 01 (um) representante do setor público e/ou empresas estatais;

VII - 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII - Todos os diretores-gerais de campi do IFRS; e

IX - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos da reitoria, eleito por seus pares

§ 1º Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII, serão designados por ato do Reitor.

§ 2º Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.

§ 3º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

§ 5º O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

7. O Regimento Geral do IFRS praticamente repete a redação do Estatuto da Autarquia.

8. O Regimento Interno do CONSUP também é silente quanto ao tema - maioria, destacando-se desse ato normativo apenas o seguinte:

Art. 2º - Nos termos do artigo 8º do Estatuto Geral do IFRS, o Conselho Superior é composto pelos seguintes membros:

[...]

IV. 01 (um) representante discente de cada campus, eleito por seus pares, na forma regimental;

[...]

Art. 4º - O processo de renovação dos componentes do Conselho Superior deve ser iniciado 90 (noventa) dias antes do encerramento dos mandatos dos conselheiros.

§ 1º - Sempre que se fizer necessária a renovação do Conselho, serão designados também os respectivos suplentes.

§ 2º - O suplente assumirá a representação nos casos de impedimento ou ausência e completará o mandato no caso de vacância do titular.

[...]

Art. 7º – Os conselheiros discentes, durante sua permanência nas sessões do Conselho Superior, Comissões e Comissões especiais, não deverão ter prejuízo algum em suas atividades acadêmicas.

§ 1º – Para o cumprimento do caput deste artigo, os Conselheiros discentes receberão declaração do Presidente do Conselho Superior e as respectivas unidades deverão providenciar-lhes a reposição de conteúdos, bem como avaliações acadêmicas que tenham acontecido durante as sessões.

§ 2º - Na declaração mencionada no § 1º deverá constar o nome do acadêmico Conselheiro, o dia da sessão do Conselho Superior, Comissão ou Comissão Especial e os horários de início e término da mesma.

9. A participação dos discentes no CONSUP, além de respeitar a determinação legal, espelha e incentiva o cumprimento dos princípios constitucionais da cidadania e da pluralidade política (art. 1º, incisos II e V, da CF/88).

10. No entanto, tal participação, necessária à democracia, também há de observar o princípio da legalidade (arts. 5º, inciso II, e 37, *caput*, ambos da CF/88). E, nesse ponto, **não se pode deixar de lembrar que a atuação em Conselho Superior, é, ao final, a prestação de um serviço público relevante, e, pode, eventualmente, trazer responsabilização administrativa, penal, civil e social.**

11. Com relação ao exercício dos direitos políticos, a Constituição Federal estabelece os seguintes direitos e deveres:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

[...]

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

[...]

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; [Regulamento](#)

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.**

12. Como visto, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (anos), mas para ser eleito vereador, tomando-se por base o cargo político que exige a menor faixa etária, **é necessário ter 18 (dezoito) anos.**

13. Por outro lado, quanto à investidura em cargo público, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, também exige a idade mínima de 18 (dezoito) anos:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

14. Tal exigência está em consonância com o disposto no Código Civil:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Art. 4º **São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:**

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

[...]

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

15. Claro está que os menores de 18 (dezoito) anos não podem, de forma absoluta, exercer atos da vida civil e, se for o caso, responder por eles.

16. Alerta-se, por outro lado, que o Tribunal de Contas da União (TCU) vem responsabilizando Conselheiros, conforme se vê nos julgados abaixo:

Acórdão nº 5.005/2019 - 2ª Câmara:

9.1. considerar revel Daniel de Lima Gonçalves;

9.2. julgar regulares as contas de Cleide Helena Prudêncio da Silva, Deborah Virgynia Cardoso de Freitas, Fábio Storch de Oliveira, Francisca Iris Lopes, Gírlen Nunes dos Santos, Hevea Monteiro Maciel, Italva Miranda da Silva, José Carlos Sopchaki, José Martins Veras Netto, Lilliane Maria de Oliveira Martins, Luís Pedro de Melo Plese, Luzia Neri da Silva, Marcondes de Lima Nicácio, Maria Cristina dos Santos Ferreira, Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio, Maria Neves Santos da Silva, Pascoal Torres Muniz, Paulo Roberto de Souza, Renata Silva e Souza, Ricardo Bezerra Hoffmann, Ricardo César Costa da Silva, Risonete

Gomes Amorim, Sérgio Guimarães da Costa Flórido, Soraya Elizabeth Valle Dalbuquerque Lima, Wemerson Fittipaldu de Oliveira e Weysla Paula de Souza Lopes Dutra e dar-lhes quitação plena;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Bráulio de Medeiros Gonçalves, Cláudia Ferreira de Almeida, Daniel de Lima Gonçalves, Daniel Faria Esteves, Erisson Diniz da Silva, Jacson Rondinelli da Silva Negreiros, Jailene Ribeiro Soares, João César Dotto, Joel Bezerra Lima, José Claudemir Alencar do Nascimento, Marcelo Helder Medeiros Santana, Rafael Barreto Almada, Rosana Cavalcante dos Santos e Ubiracy da Silva Dantas e dar-lhes quitação;

9.4. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. o pagamento de retribuição por titulação sem que os beneficiários tenham demonstrado a conclusão dos cursos mediante a apresentação dos respectivos diplomas contrariou precedentes do TCU;

9.4.2. a não inserção do ato deliberativo pelo qual o Conselho Superior do instituto se pronunciou sobre a prestação de contas da instituição pertinente ao exercício de 2016 no e-Contas afrontou o disposto nos arts. 2º, 3º, 5º e 8º, II, da Decisão Normativa TCU 154/2016;

9.4.3. a não inclusão de todos os responsáveis que desempenharam, durante o exercício de 2016, as naturezas de responsabilidade definidas no art. 10 da IN TCU 63/2010, no rol de responsáveis apresentado na prestação de contas do referido exercício, bem como de dados daqueles arrolados pertinentes à identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais, endereço residencial completo, e endereço de correio eletrônico afrontou o disposto nos arts. 10 e 11 da IN TCU 63/2010, bem como no art. 10 da Decisão Normativa TCU 156/2016.

9.5. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Acórdão nº 3586/2018 - 1ª Câmara

9.1. conhecer da representação e, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. nos termos do art. 45 da Lei 8.443/1992, tornar efetiva a determinação cautelar adotada nestes autos e fixar o prazo de 15 (quinze) dias, para suspensão definitiva dos pagamentos dos servidores inativos da UFPR, no âmbito do “Programa Disseminação de Conhecimento Técnico-Sênior” de que trata a Resolução-Coplad/UFPR 19/2016;

9.3. determinar à UFPR que se abstenha de criar programas similares ao Programa Disseminação de Conhecimento Técnico-Sênior, destinados ao pagamento de ex-servidores da entidade;

9.4. autorizar a UFPR a realizar o pagamento dos valores devidos aos ex-servidores beneficiários do Programa Disseminação de Conhecimento Técnico-Sênior, em contrapartida às jornadas de trabalho efetivas que antecederam a suspensão cautelar do programa, relativos ao período de 1/4/2017 a 25/4/2017, devidamente comprovadas, dando conhecimento dos valores e da documentação pertinente à Secex/PR;

9.5. determinar à Secex/PR que:

9.5.1. identifique e promova a audiência dos membros do Coplad que, a partir do exercício de 2005, aprovaram as resoluções que instituíram o Programa de Bolsa Pesquisa Técnico-Sênior, ou autorizaram a continuidade do referido programa, atualmente denominado Programa de Disseminação de Conhecimento Técnico-Sênior, para que apresentem razões de justificativas concernentes à instituição indevida de modalidade de contratação de pessoal, no âmbito da UFPR, e em desrespeito ao art. 37, caput, I, II e IX, da Constituição Federal, notadamente os princípios da isonomia, da moralidade, da legalidade e da impessoalidade, que devem nortear os atos de todos os agentes públicos;

9.5.2. verifique a existência de outros programas no âmbito do UFPR que eventualmente estejam dando ensejo a pagamentos indevidos, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6. dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Educação e à Secretaria do Tesouro Nacional.

Acórdão nº 71/2010 - Plenário

- 9.1. não conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Rosembergue Bragança e Sonia Maria Dalcomuni, por intempestivos e por não terem apresentado fatos novos;
- 9.2. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por José Weber Freire Macedo e Roberto Sant'Anna Filho por encontrarem-se atendidos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, dar-lhes provimento, tornando insubsistentes os itens 9.1 a 9.4 do Acórdão nº 2.193/2007 – Plenário;
- 9.3. dar ciência da presente decisão aos recorrentes, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo e ao procurador da república no Espírito Santo Edmar Gomes Machado, enviando-lhes cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam.

17. Deste último julgado calha transcrever, ainda, os seguintes trechos do relatório da equipe técnica e do voto (com destaques nossos):

Relatório

Trata-se de pedidos de reexame interpostos por José Weber Freire Macedo, Roberto Sant'Anna Filho, Rosembergue Bragança e Sonia Maria Dalcomuni, membros do Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), contra o Acórdão nº 2.193/2007 - Plenário, que lhes aplicou multa no valor de R\$ 2.000,00 em decorrência da destinação de recursos da Ufes ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão, administrado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA).

[...]

Voto

Registro, inicialmente, que os pedidos de reexame interpostos por Rosembergue Bragança e Sonia Maria Dalcomuni contra o Acórdão nº 2.193/2007 – Plenário foram intempestivos e não apresentaram fatos novos, não devendo, por conseguinte, ser conhecidos.

2. Por seu turno, os recursos apresentados por José Weber Freire Macedo e Roberto Sant'Anna Filho foram tempestivos, podendo ter seguimento. Desse modo, importante assinalar que, como os responsáveis respondem pelo mesmo fato, os argumentos aduzidos pelos últimos e eventualmente acolhidos pelo Tribunal beneficiarão a todos.

3. Fazendo um breve retrospecto dos fatos, observo que os responsáveis foram multados pelo TCU no valor de R\$ 2.000,00 por terem, como membros do Conselho Universitário, exarado a Decisão nº 68/2001, que autorizou a criação do curso de pós-graduação **lato sensu** “Especialização em Prótese Dentária”. Na mesma ocasião foi aprovada a minuta do contrato a ser firmado com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), fundação de apoio ligada à UFES, que destinou 10% dos recursos arrecadados ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

4. O depósito de recursos da universidade em conta bancária de titularidade da FCAA contrariou a determinação expedida por esta Corte no item 8.1.1 “c” da Decisão nº 321/2000 – Plenário, bem como o disposto no art. 2º do Decreto nº 93.872/1986, ainda que a destinação do dinheiro fosse definida pelos dirigentes de centros e de departamentos da UFES e que fossem prestadas contas de seu uso.

5. Não há dúvida de que a não-transferência dos valores administrados pela FCAA e pelos Centros e Departamentos para a conta única da Universidade contraria a legislação e as determinações anteriores deste Tribunal, justificando a apenação dos gestores responsáveis. Entretanto, após analisar os autos, não fui capaz de identificar relevância no ato praticado pelos recorrentes no cometimento da irregularidade. Afinal, o Fundo de Desenvolvimento Acadêmico foi criado pela Resolução-UFES nº 13/1999 e, mantido, mesmo após a prolação da Decisão nº 321/2000 – Plenário, pela Resolução-UFES nº 19/2000.

6. A Decisão do Conselho Universitário impugnada neste processo é apenas mais uma dentre várias que adotaram o procedimento padronizado de destinar 10% dos valores arrecadados com cursos para o Fundo de Desenvolvimento Acadêmico com amparo nas já citadas Resoluções-UFES nºs 13/1999 e 19/2000.

7. Não acredito, portanto, ser de justiça atribuir a responsabilidade exclusiva pela irregularidade aos membros do Conselho Universitário que aprovaram a Decisão nº 68/2001. Mais correto seria ter chamado em audiência os gestores que autorizaram a criação e manutenção do fundo, ou, alternativamente, todos aqueles que aprovaram a transferência de recursos ao fundo.

8. Nenhuma dessas medidas se releva apropriada nesta fase processual, seja pela antiguidade dos fatos analisados, seja pela pouca materialidade e relevância da matéria.

9. Ante o exposto, acredito que deva ser dado provimento aos pedidos de reexame interpostos por José Weber Freire Macedo e Roberto Sant'Anna Filho, para que seja afastada a multa que lhes foi imputada, bem como aos demais membros do Conselho Universitário.

10. Por último, registro que, como minha proposta é pelo acolhimento integral dos recursos interpostos, deixo de apreciar as preliminares apresentadas pelos recorrentes, por desnecessário.

Assim sendo, peço vênias por discordar da proposta de encaminhamento consignada pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público e voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto ao Plenário.

18. Destaca-se que no âmbito do CONSUP podem ser tratados alguns assuntos de determinada gravidade, como assédio sexual, e a ciência de informações e de fatos, incluindo a votação de propostas sobre o tema, a menores de 18 (dezoito) poderá ensejar a responsabilização da Autarquia, em razão de ofensa ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

19. A título ilustrativo, a Resolução nº 14/2016/CS-IFB^[1] é taxativa quanto à faixa etária para a escolha de representantes discentes:

Art. 5º A composição do CS/IFB está prevista nos termos do Artigo 10 da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

[...]

III. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente de Cursos Técnicos e Superiores, **maiores de 18 (dezoito) anos**, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;

[...]

V. 02 (dois) representantes titulares dos egressos de Cursos Técnicos e/ou dos Cursos Superiores da Instituição e igual número de suplentes, maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos pelos seus pares; com direito a 01 (uma) recondução;

20. Respondendo de forma objetiva ao questionamento da Comissão, embora o menor de 18 (dezoito) anos e maior de 16 (dezesseis) anos possa, perante a lei civil, exercer determinados atos, entende-se que, para o exercício de atribuições relativas ao serviço público, que inclui, logicamente, as atividades desempenhadas no Conselho Superior, deverá o candidato à representação discente - titular ou suplente - ter ao menos 18 (dezoito) anos. E, embora não tenha sido objeto do questionamento, a mesma conclusão vale para os Conselhos de Campus.

Critérios de desempate

21. A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), prevê como critério de desempate a idade:

Art. 110. Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

22. A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, também prevê a idade como critério de desempate nos concursos públicos:

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. **O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.**

23. Diante disso, entende-se que o primeiro critério a ser elencado no edital para solucionar eventual problema decorrente do empate de votos é a idade, considerando-se escolhido aquele que for mais idoso.

24. Na remota hipótese de que os candidatos empatados tenham nascido no mesmo dia, sugere-se outro critério previsto no Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019, que tem como objetivo valorizar o trabalho voluntário:

Art. 18. As horas de atividades voluntárias poderão ser aproveitadas conforme disposto em regulamento para, entre outras utilidades:

I - como critério de desempate em concursos públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional;

25. E, persistindo o empate, sugere-se como solução final o sorteio.

III - DA CONCLUSÃO

26. Ante o exposto, opina-se que o edital para a escolha para representantes discentes do *Campus* Porto Alegre ao CONSUP do IFRS elenque, como requisito à participação, a idade mínima de 18 (dezoito) anos. Além disso, em relação aos critério de desempate, observe, prioritariamente, a idade, e, sucessivamente, trabalho voluntário e sorteio.

27. Considerando a omissão nas normas da Autarquia sobre o tema, encaminhe-se cópia do presente parecer ao Reitor do IFRS, para que adote as providências pertinentes, em especial o encaminhamento aos Presidentes dos CONCAMP para averiguar se, eventualmente, há representantes discentes menores e regularizar a situação.

28. Restitua-se, com urgência, à Comissão Eleitoral do *Campus* Porto Alegre/RS do IFRS.

Farroupilha/RS (trabalho remoto), 08 de junho de 2020.

ALBERT CARAVACA
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00833000165202031 e da chave de acesso abdbaff4

Notas

1. [^] Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/RESOLU%C3%87%C3%83O%20n%C2%BA%20014_2016_%20REGIMENTO%20INTERNO%20DO%20CS.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020, às 14h12min.

Documento assinado eletronicamente por ALBERT CARAVACA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 439368683 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALBERT CARAVACA. Data e Hora: 08-06-2020

15:03. Número de Série: 74821703992585975987621566144550123575. Emissor: AC OAB G3.
